

Odacir destaca lisura nas compras feitas pelo Senado

Depois de aprimorar seu sistema de coleta de preços durante um ano, por meio de um contrato-piloto, o Senado deverá tornar-se a primeira instituição federal de caráter nacional a assegurar a transparência de suas licitações e a lisura de seus processos de compras, a partir da comparação das cotações recebidas com os preços de mercado apurados regularmente em pesquisas coordenadas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O anúncio foi feito ontem pelo senador Odacir Soares (PFL-RO), primeiro-secretário do Senado, que deverá assinar, na próxima quarta-feira, contrato de três anos com a FGV, para garantir a formação e atualização permanente de um banco de dados sobre preços de mercado para 3 mil e 800 itens de compras da Casa, entre bens e serviços.

Odacir reuniu-se ontem com todos os diretores de todos os órgãos do Senado e representantes da Fundação Getúlio Vargas. Ele destacou que, a partir do uso dos dados do sistema de preços da FGV, o Senado já conseguiu registrar diversas reduções de cotações em suas licitações, bem como encontrou respaldo legal para anular dois processos de compras de serviços e contratá-los diretamente com as empresas que aceitaram baixar suas propostas aos níveis dos preços de mercado, exatamente como previsto pela Lei 8.666, a Lei das Licitações.

Já a diretora da Secretaria de Controle Interno do Senado, Martha Lyra Nascimento, observou que a adoção do sistema de registro de preços da FGV permitiu à Casa enquadrar-se exatamente no que estabelece a lei de licitações, de forma pioneira.



Odacir: Contrato com a FGV garante atualização de banco de dados com preços de 3.800 itens

Senadores querem evitar abuso na edição de MPs

Fogaça anuncia que CCJ votará no dia 30 a proposta que fará "sumir do mapa institucional 95% das medidas provisórias"

O presidente da República deverá comunicar ao presidente do Congresso Nacional a edição de medida provisória pelo menos 48 horas

antes da sua publicação no *Diário Oficial*, conforme prevê substitutivo elaborado pelo senador José Fogaça (PMDB-RS) à proposta de emenda constitucional que fixa um "novo modelo" para emissão de medida provisória. Fogaça informou que a matéria deverá ser discutida e votada, na próxima quarta-feira (dia 30) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ).

Fogaça também propõe ampliação da vigência das medidas provisórias para 60 dias; exame das MPs por uma co-



Fogaça



Josaphat

missão mista permanente única de 17 senadores e 17 deputados; votação em separado nas duas Casas do Congresso. O substitutivo estabelece ainda que, se não for votada no prazo de 60 dias, a medida provisória será colocada, em regime de urgência, na ordem do dia da Câmara ou do Senado.

A proposta veda a reedição de uma medida provisória, no todo ou em parte, sempre que o Congresso aprovar decreto legislativo que declare a cessação de sua eficácia e normatize a garantia dos atos jurídicos dela resultantes. Também não serão objeto de medida provisória matérias relacionadas à lei delegada, ao direito penal e as especificadas

em lei complementar.

Fogaça crê na aprovação de seu substitutivo, que, conforme informou, já recebeu o apoio dos líderes governistas e partidários, dos presidentes de partidos, de ministros de Estado e do vice-presidente da República, Marco Maciel. O senador afirmou que "95% das medidas provisórias irão sumir do mapa institucional do País".

O abuso na edição de MPs foi condenado pelos senadores Humberto Lucena, Gilvam Borges, Josaphat Marinho, Artur da Távola, Lúcio Alcântara, Epitácio Cafeteira, Ney Suassuna e Benedita da Silva. **Página 5**

Usuário poderá ter acesso prévio às contas de água e luz

Comissão convida Kandir a debater desenvolvimento para o Nordeste

Senadores destacam necessidade de definir papéis do governo e da iniciativa privada, além da revitalização da Sudene

Sob a presidência do senador Beni Veras (PSDB-CE), a Comissão de Políticas para o Desenvolvimento do Nordeste reuniu-se ontem para examinar quatro estudos apresentados no Seminário Internacional sobre "Reforma do Estado e o Desenvolvimento do Nordeste na Economia Globalizada", realizado em Salvador, nos dias 17 e 18 deste mês. Ao final dos debates, os senadores decidiram convidar o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, para uma avaliação conjunta da viabilidade de um novo ciclo de crescimento da região.

A iniciativa de distribuir os subsídios para análise na comissão foi do relator, senador Waldeck Ornelas (PFL-BA). Nos quatro trabalhos, elaborados por Antonio Barros de Castro, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Clélio Campolina Diniz e Gustavo Maia Gomes, as perspectivas de desenvolvimento regional são avaliadas no quadro das atuais mudanças das funções do Es-



Beni Veras

tado nacional.

A exemplo do que vem acontecendo na Europa, em que a política regional tem exigido um aprofundamento da ação do poder público, os senadores avaliaram a estratégia de promover maior abertura da economia regional para o resto do País, integrando-o também ao Mercosul, e para o exterior.

Entre os requisitos de um novo modelo de desenvolvimento regional, os senadores destacaram a necessidade de definir os papéis do governo e da iniciativa privada e a de revitalizar a Sudene (Superin-



Waldeck Ornelas

tendência de Desenvolvimento do Nordeste), como agência de coordenação e acompanhamento da execução de programas estratégicos. Entre estes estaria o de expandir fortemente a capacidade de exportação regional através da articulação entre instâncias governamentais e o setor privado na geração de atividades produtivas em que a região tem vantagens competitivas.

Participaram dos debates os senadores Freitas Neto (PFL-PI), Geraldo Melo (PSDB-RN), José Agripino (PFL-RN), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Humberto Lucena (PMDB-PB).

Oposição poderá formar bloco, anuncia Ademir

Os pequenos partidos de oposição vêm discutindo a formação de um bloco, com 11 senadores, para atuação no Senado,



Ademir

anunciou em pronunciamento o senador Ademir Andrade (PA), líder do PSB. Fariam parte do bloco 5 senadores do PT, 3 do PDT, 2 do PSB e 1 do PPS.

- Nosso objetivo é participar em bloco de todas as comissões, onde cada partido tem participação proporcional. É claro que atuaríamos para influir também na eleição para a presidência do Senado - disse.

Ademir observou que o Regimento Interno do Senado não exige que o presidente da Casa pertença ao partido com maioria de votos. Assim, a seu ver, cada partido pode apresentar candidato.

Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou-se preocupado com as notícias de que há senadores que podem mudar de partido para dar maioria a outros, visando à eleição para presidente do Senado.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

10h30 - Sessão extraordinária deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação em regime de urgência: *Substitutivo da Câmara ao PLS nº 158/96, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de Aids; *PLC nº 19/96, que altera o art. 5º da Lei 8.313/91, que restabelece princípios da Lei nº 7.505/86, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac; *Ofício nº S/86, que solicita operação de crédito junto à Financiadora de Estudos e Projetos no valor de R\$ 250.106,84, pelo governo de Pernambuco; *Ofício nº S/87, que solicita operação de crédito junto à Financiadora de Estudos e Projetos no valor de R\$ 1.473.396,40, pelo governo de Pernambuco; *PDL nº 79/96, que autoriza a realização do aproveitamento hidroelétrico de Serra da Mesa, em trecho do rio Tocantins e seus afluentes, no estado de Goiás; e votação em turno único de cinco **Requerimentos** para inclusão de projetos em ordem do dia ou dispensa de parecer em comissão.

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

10h30 - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação não terminativa de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 42/93, que estabelece medidas preventivas de proteção ao traba-

lho dos tripulantes de aeronaves de serviços agrícolas; *PLC nº 100/94, que fixa piso salarial para o jornalista; *PLC nº 140/94, que regulamenta a profissão de arqueólogo; *PLC nº 36/95, que acrescenta dispositivos ao art. 2º da Lei nº 4.771/65, que institui o novo Código Florestal; *Emendas de plenário ao PLC nº 67/95, que regulamenta o exercício profissional da acupuntura; e *PLC nº 23/96, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às vítimas do acidente nuclear em Goiânia/GO; **terminativa:** *PLS nº 26/95, que institui o estatuto dos garimpeiros; *PLS nº 126/95, que dispõe sobre a obrigatoriedade de aprovação, pelo Congresso Nacional, das decisões do Conselho Curador do FGTS, da CEF; *PLS nº 64/96, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes; e *PLS nº 142/96, que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.*

11h30 - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação terminativa: *PLS nº 94/96, que regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; *PLS nº 139/95, que dispõe sobre a concessão de desconto para os professores, em efetivo exercício, nos valores dos ingressos em todas as casas que promovam eventos e espetáculos de natureza cultural; *PLS nº 263/95, que dispõe sobre a educação à distância; e discussão para elaboração de emendas da comissão ao projeto de Lei Orçamentária para 1997; entre outras matérias. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.*

Simon: PMDB não discutiu reeleição

Reunião da bancada do partido, na última terça-feira, visou a esclarecer a questão sobre que partido tem direito à sucessão de José Sarney no Senado, informa o parlamentar



Pedro Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) assegurou ontem que, contrariamente ao que foi noticiado na imprensa, a reunião da bancada do PMDB realizada na terça-feira (dia 22) visou a esclarecer a questão sobre que partido tem direito à sucessão de José Sarney na presidência do Senado e nem sequer tratou do problema da reeleição do presidente da República. A notícia de que

o PMDB estaria exigindo a presidência do Senado para apoiar a reeleição "não é verdade", garantiu.

Simon considerou a reunião produtiva, por ter esclarecido a todos os peemedebistas que, pelo Regimento Interno do Senado, "somos majoritários e esperamos que isso seja respeitado". Assim, como disse o senador, a notícia de que estaria sendo articulada a saída de

parlamentares do PMDB, para retirar-lhe o caráter de majoritário na composição do Senado, não levará a nada, "pois o que vale é a situação de hoje".

O senador disse também que, na reunião, os senadores Jáder Barbalho (PA) e Iris Rezende (GO) retiraram suas candidaturas à presidência do Senado para que a decisão caiba ao conjunto da bancada partidária.

"Votos do Senado não estão à venda", diz Requião

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) contestou ontem informações publicadas na imprensa sobre a disposição do PMDB de fazer barganhas em torno da eleição para a presidência do Senado. Ele esclareceu que, na reunião realizada na terça-feira pela bancada do partido na Casa, os 23 senadores peemedebistas fecharam questão no entendimento de que é prática antiga no Senado o partido majoritário indicar o presidente da próxima comissão diretora. Conforme o parlamentar, a *Folha de S. Paulo*, em matéria reproduzida por vários outros jornais, disse que o PMDB exige o apoio do governo em troca do apoio à reeleição, tendo o próprio líder Jáder Barbalho feito a proposta de barganha.

- Espero que o líder do PMDB desminta essa afirmação. É importante que ele o faça em nome de sua imagem, de sua carreira política e da construção do seu *curriculum* - disse Requião. - Asseguro que meu voto



Roberto Requião

não será negociado. Essa eleição não pode ser objeto de negociação e o presidente do Senado tem que ter independência para valorizar o Parlamento. Como o meu, entendo que o voto da maioria dos senadores não está num balcão de negócios.

Requião informou que conversou ontem com o presidente do PMDB, deputado Paes de Andrade, o qual lhe informou que está em entendimento com todos os presidentes regionais do partido para a realização de um congresso partidário, onde as bases possam dizer o que pensam da reeleição. Depois de ler o artigo *Ossos do Ofício*, sobre a reeleição presidencial, assinado por Carlos Heitor Cony, na mesma *Folha de S. Paulo*, o senador

mencionou, ainda, matéria publicada no jornal *Gazeta Mercantil*, segundo a qual o presidente da República já montou um pequeno comitê de negociação para garantir a reeleição.

- Tenho a certeza de que a maioria absoluta dos votos do Senado não estão à venda e o meu, decididamente, não está nem neste momento nem em nenhum outro. Meus eleitores não me mandaram aqui para negociar qualquer coisa que desmoralize o mandato que me foi concedido.

PARANÁ

No mesmo discurso, o senador Roberto Requião informou que o governador do Paraná até hoje não apresentou informações solicitadas pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e necessárias à tramitação de projetos de interesse do estado. São informações sobre a situação da folha de pagamento, sobre o acordo que o governo do Paraná fez com a empresa Renault, e sobre um pré-contrato com a Chrysler.

Para Valadares, o Regimento é antidemocrático

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu ontem que o Regimento Interno do Senado seja alterado para que fique estabelecido com clareza que qualquer partido pode apresentar candidato à presidência da Casa, pondo fim à interpretação de que o presidente tem de pertencer ao partido majoritário.

- O Regimento Interno é antidemocrático no que se refere à eleição para presidente da Casa. A atual interpretação fere até mesmo a Constituição. Protesto contra esse sistema de escolha do presidente do Senado - acrescentou.

O senador Levy Dias (PPB-MS) ponderou que também considera "completamente ilegal" o artigo do Regimento que trata da eleição para a presidência do Senado. "Essa não é a Casa do equilíbrio, onde cada estado tem três representantes?", indagou.



A CCJ, presidida pelo senador Iris Rezende, apreciou ontem projeto que protege o consumidor

Aprovado conhecimento prévio do consumo de água, energia e gás

CCJ acata projeto de Marina Silva que obriga empresas distribuidoras a comunicarem ao consumidor resultados da medição

Projeto de lei de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC) que obriga as empresas distribuidoras de água, energia elétrica, gás e outros serviços a fornecerem ao usuário, no momento da medição, comprovante da quantidade consumida ou do consumo mínimo foi aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida pelo senador Iris Rezende

(PMDB/GO).

A medida, conforme destacou em seu parecer favorável o relator da matéria, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), assegura ao consumidor a possibilidade de reclamar previamente o pagamento da conta, evitando um dispêndio desnecessário e injustificado, originado por uma cobrança desproporcional ao valor dos serviços prestados".

Segundo o senador, "é mui-

to comum a cobrança excessiva desse serviços públicos prestados ao consumidor que, para não ficar temporariamente privado do fornecimento, efetua o pagamento abusivo, para depois pleitear a restituição".

Com a aprovação terminativa, o projeto pode ir direto à apreciação da Câmara dos Deputados, se não houver recurso para a votação da matéria pelo plenário do Senado.

Médicos com jornada de trabalho de 8 horas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei da Câmara que permite aos servidores ocupantes de cargos efetivos e integrantes das categorias funcionais de médico, médico de saúde pública, médico do trabalho, médico veterinário e odontólogo de qualquer órgão da administração pública federal direta, das autarquias e fundações públicas

federais, exercerem suas atividades em jornada de oito horas diárias, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

A comissão também acolheu parecer do senador Edison Lobão (PFL-MA) contrário a três projetos que propunham modificações na remuneração dos parlamentares. A maioria da comissão acatou o entendimento do relator de que qual-

quer alteração na remuneração dos congressistas só pode ser feita para a legislatura seguinte, conforme determina a Constituição.

Na mesma reunião, a CCJ decidiu ainda pedir um parecer do Ministério da Justiça sobre projeto de lei que altera a legislação sobre distribuição gratuita de prêmios mediante sorteio, vale-brinde ou concurso, a título de propaganda.

Senado editará coleções de obras históricas

Foram aprovadas ontem pela CCJ emendas de plenário a substitutivo ao projeto de resolução de iniciativa da Comissão Diretora que institui as coleções *Grandes Vultos que Honraram o Senado da República* e *História Constitucional do Brasil*, a serem editadas pela

Subsecretaria de Edições Técnicas da Casa. As emendas receberam parecer favorável do relator, Ney Suassuna (PMDB-PB). A matéria será submetida ainda à apreciação do plenário.

Segundo o texto final do substitutivo, a atual coleção intitulada *Perfis Parlamen-*

tares dos ex-Senadores passará a denominar-se *Grandes Vultos que Honraram o Senado da República*. Já a coleção *História Constitucional do Brasil* será composta por obras editadas ou reeditadas, relevantes para a compreensão da trajetória política do País.



Lúcio Alcântara

Plenário avaliza acordos

O plenário do Senado aprovou ontem cinco acordos internacionais firmados pelo governo brasileiro. São eles o Acordo de Transporte Rodoviário Brasil-Venezuela, o Acordo sobre Cooperação no Setor de Turismo assinado com a Turquia, o Acordo de Cooperação com a Namíbia, o acordo sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático Brasil-República Dominicana e o Tratado sobre as Relações de Amizade e Cooperação Brasil-Ucrânia.

Os senadores decidiram ainda submeter à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania projeto de lei de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que isenta do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos as pessoas que doarem sangue. O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) lançou dúvidas sobre a constitucionalidade da proposta, lembrando que, se aprovado, o projeto criaria privilégios para quem pode doar sangue, em detrimento de quem não pode fazer a doação.

Lucena critica abuso na edição de MPs

Senador adverte que se trata de problema constitucional, pois quem está fazendo as leis é o Poder Executivo, e que é preciso preservar as prerrogativas do Congresso Nacional



Gilvam Borges

Gilvam defende rejeição da MP que demite funcionário

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou ontem que o Legislativo tem o dever de rejeitar a Medida Provisória 1.522, de enxugamento do serviço público, a qual ele considera uma expressão de desprezo da atual administração para com os servidores do Estado. Em sua opinião, essa MP consiste numa tentativa de exonerar pessoal e extinguir cargos a pretexto de conter o déficit do Tesouro.

- Impossível não constatar que se trata não de um meio de aperfeiçoamento do aparelho estatal para torná-lo mais eficaz em proveito dos administrados, mas sim de um conjunto de medidas tendentes a aliviar o caixa da União - frisou.

Na opinião de Gilvam Borges, embora tenha aparência administrativa, essa medida provisória tem natureza de ordem financeira e contábil, e pretende reduzir os gastos da União às custas do sucateamento de sua máquina administrativa e da deterioração dos serviços prestados à população. Por isso o senador entende que o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare) está sendo apenas um executor de medidas tomadas pela área econômica do governo.

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) propôs ontem a realização de uma reunião dos líderes partidários com o presidente do Congresso, José Sarney, para debaterem a inclusão na pauta de votações da Casa dos projetos que regulamentam o uso de medidas provisórias pelo Poder Executivo. Lucena considera que essas medidas estão sendo utilizadas de maneira abusiva e defendeu a aplicação do instituto da Lei Delegada nos casos que o governo considere emergenciais.

- Longe de ser um problema partidário, o uso das MPs é um problema constitucional - disse o senador. - É preciso preservar as prerrogativas do Congresso, porque do jeito que vão as coisas quem faz as leis nesse país é o Poder Executivo.

Lucena defendeu que seja colocada logo em votação uma das duas propostas que já estão em tramitação, a do ex-deputado Nelson Jobim, ou a do se-

gador Josaphat Marinho (PFL-BA).

- Acho que houve alguma esperteza de natureza política para impedir a votação da proposta do senador Josaphat Marinho - disse Lucena.

O senador ressaltou que estão em pauta para votação 61 medidas provisórias, destacando que a MP nº 1.481 já foi reeditada 41 vezes. A seu ver, a medida provisória é um instrumento parlamentarista que foi adotado pela Constituição de 1988 por equívoco.

Em apertes, Josaphat Marinho afirmou que o governo, na verdade, quer é a modificação de vários dispositivos da Constituição para aumentar seu poder. Pedro Simon (PMDB-RS) disse que a limitação do uso das MPs não foi votada porque o próprio Senado assim decidiu.



Humberto Lucena

Artur da Távola (PSDB-RJ) também condenou o uso abusivo de medidas provisórias: "É um instrumento mais agudo que o decreto-lei da ditadura". Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ressaltou que é preciso estabelecer regras para o

uso das MPs, enquanto Epitácio Cafeteira (PPB-MA) afirmou que este debate deveria ser permanente, porque o assunto envergonha o Senado. Ney Suassuna (PMDB-PB) destacou que a MP relativa ao Proer completou um ano e pediu uma atitude dos parlamentares contra esse "abuso".

Humberto Lucena criticou também a MP nº 1.522, relativa a demissão dos funcionários públicos, justificando que não são os servidores os responsáveis pelo déficit público.

Benedita vê "falácia" contra servidor

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou serem inaceitáveis as novas determinações do governo em relação ao funcionalismo público, pelo fato de, entre outras razões, segundo frisou, terem sido adotadas por meio de medidas provisórias. No entender da senadora, a edição constante de MPs "agrindo o espírito democrático do sistema político brasileiro, conferindo prerrogativas absolutistas ao presidente da República".

Benedita da Silva considera que o governo deveria ter acelerado a reforma administrativa, respeitando os poderes constitucionais do Congresso Nacional. Por outro lado, a seu ver, é reprovável que o Executivo insista, "de



Benedita da Silva

forma grosseira e covarde, na desmoralizante campanha de jogar a opinião pública contra o funcionário público, divulgando a idéia de que na folha de pagamento dos servidores está o maior entrave para a solução do déficit público".

- É uma falácia, uma falsa verdade, pois sabemos que 52% do Orçamento de 1994, por exemplo, foram utilizados para o pagamento dos juros e encargos de amortização das dívidas interna e externa, en-

quanto os benefícios da Previdência somavam 12% e Pessoal e Encargos Sociais mais 12% - disse a senadora.

Benedita da Silva estranhou, ainda, que o governo brasileiro "busque formas de dispensar e colocar na rua milhares de trabalhadores, enquanto a ONU adverte os governos para que protejam suas populações contra o grande mal do desemprego".

- O que precisamos é concentrar esforços para promover cursos, para estimular a produtividade, para profissionalizar ao máximo esse contingente de mão-de-obra especializada que poderia, sem dúvida alguma, prestar relevantes serviços à Nação - garantiu a senadora.

Senado terá acesso a rede mundial de dados legais

Dentro de seis meses os senadores obterão em seus microcomputadores informações sobre políticas públicas e leis de muitos países, garante o diretor-geral da Casa, Agaciél Maia



Romero Jucá

Jucá pede que se apure morte de 32 bebês

O senador Romero Jucá (PFL-RR) fez um apelo ontem ao ministro da Saúde, Adib Jatene, para que envie uma comissão do ministério ao estado de Roraima com o objetivo de apurar a morte de 32 bebês na Maternidade Infantil Nossa Senhora de Nazaré.

Segundo o senador, é "um problema grave de saúde" que está acontecendo em Roraima e, por isso, ele espera a adoção imediata de providências por parte do Ministério da Saúde.

Jucá informou que, segundo noticiou a imprensa, a diretora do Hospital, Odete Domingues, disse que somente um grupo de estudo epidemiológico poderá fazer um diagnóstico definitivo sobre as mortes das crianças.

O Senado vai assinar convênio com a Biblioteca de Legislação do Congresso dos Estados Unidos para ter acesso ao software Glin - Global Legal Information Network (Rede Global de Informações Legais), uma base de dados jurídica multinacional. Num prazo estimado em seis meses, os senadores poderão obter, através dos microcomputadores instalados em seus gabinetes, informações sobre políticas públicas e leis de países nas Américas, na Europa, África e Ásia.

O diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, considera que a assinatura desse convênio é um grande passo em favor de uma melhor qualidade do trabalho legislativo. "O combustível da atividade parlamentar é a informação", disse.

Segundo Agaciél Maia, para o Senado entrar no siste-

ma Glin, há dois requisitos: a transformação de toda a legislação brasileira em um meio eletrônico - o que já vem sendo feito com a produção de CD-ROM - e também de todos os Anais do Senado, desde 1826 até a sessão plenária do dia anterior. Tudo isso estará disponível para os parlamentares, em seus microcomputadores, com índices onomástico e temático.

A biblioteca norte-americana está enviando ao Senado os termos do convênio, e irá recrutar um engenheiro de produção de informática, um advogado, um bibliotecário e um analista de sistemas, todos do quadro do Senado e do Prodasen, que receberão um treinamento sobre o programa durante um mês, em Washington. A viagem e o treinamento serão custeados pela Biblioteca de

Legislação do Congresso.

- Só colocaremos os recursos humanos para operacionalizar o projeto. O ingresso na rede será via Prodasen - esclareceu.

Agaciél Maia lembrou que as duas grandes metas da atual administração do Senado são a comunicação com o público externo (jornal, tevê e rádio do Senado, além da linha 800 para o recebimento de sugestões) e a organização administrativa, com a melhoria do banco de dados.

- O Glin é um programa novo, é uma coisa de vanguarda. Com o convênio com a área de pesquisa da biblioteca dos Estados Unidos, estamos nos propondo a não esperar décadas. Queremos chegar juntos, e o Brasil será um dos primeiros países na América Latina a ingressar no sistema - acrescentou o diretor-geral.

Odacir apóia facilidades de crédito para produtor

O senador Odacir Soares (PFL-RO) elogiou as medidas do governo destinadas a viabilizar o acesso dos pequenos agricultores aos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Segundo o senador, a dispensa de comprovação do pagamento do ITR e a permissão para que os devedores inadimplentes se beneficiem do programa mostraram a sensibilidade do governo ante as dificuldades do momento econômico e a necessidade de os pequenos produtores continuarem trabalhando.

- O que se espera é que as medidas adotadas sejam suficientes para garantir o acesso dos pequenos agri-



Odacir Soares

cultores ao crédito que lhes foi destinado e que, desta vez, o programa funcione de verdade - disse Odacir Soares, ressaltando as vantagens que o fortalecimento da agricultura familiar traz para todo o País.

ASSENTAMENTOS

Odacir Soares também trouxe à análise do Senado alguns aspectos do relatório final do projeto do Inera intitulado *Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária*.

Conforme o documento, pesquisa realizada nos assentamentos destinados à reforma agrária, em 1992, mostra que a média nacional da renda gerada pelas famílias beneficiadas foi de 3,7 salários mínimos por mês. Por região, a renda média familiar alcançou 4,18 no Norte; 2,33 no Nordeste; 3,85 no Centro-Oeste; 4,13 no Sudeste; e 5,62 salários mínimos por mês na região Sul.

- Esse resultado revela-se bastante significativo, se comparado com a média salarial da população de baixa renda da cidade ou da média de renda do setor rural - disse o senador, destacando que à época da pesquisa os assentamentos tinham três anos de idade, em média.



Júlio Campos

Campos alerta para tensão em reserva no MT

Os moradores do município de Campinápolis, no Mato Grosso, vivem momentos de grande tensão depois que técnicos da Funai estiveram na região fazendo levantamento para uma possível ampliação das reservas dos índios xavantes, informou ontem o senador Júlio Campos (PFL-MT). "A população civil do município está se armando por causa dessa política desenfreada da Funai de querer aumentar as reservas indígenas", disse.

Júlio Campos esteve na Funai e pediu que o órgão envie à região "negociadores preparados" para resolver a questão. O senador alertou que a qualquer momento podem acontecer violências entre índios e brancos, por causa do levantamento. Para ele, fala-se até na possibilidade de transformação de toda a área do município de Campinápolis em reserva dos índios.

O senador apelou ao ministro da Justiça, Nelson Jobim, para que evite a ampliação das reservas indígenas do médio Araguaia. Ele informou que o prefeito de Campinápolis e uma comissão de moradores do município vieram a Brasília tentar uma solução para o impasse. Outra comissão viajou para Cuiabá, para um encontro com o governador do estado. Júlio Campos alertou que há risco até mesmo de violência da população da cidade contra funcionários da Funai que estão na área.

Suassuna reclama política de desenvolvimento do Nordeste

A região tem problemas, mas isso não constitui entrave para a aplicação de recursos financeiros, garante o senador

A definição de uma política de desenvolvimento para o Nordeste foi cobrada ontem pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que registrou em plenário as conclusões do seminário *Novo Século, Novo Nordeste*, realizado em Salvador, nos dias 17 e 18 deste mês. Ele ressaltou a necessidade de serem aumentados os investimentos na região.

- Não defendo a implantação de uma política globalizada, mas de uma política diferenciada para cada região. Porque cada uma tem suas particularidades. O Nordeste está pagando um preço caro há muito tempo



Ney Suassuna

e precisa ter o seu potencial econômico reconhecido - afirmou.

O senador admitiu que a região tem graves problemas resultantes, principalmente, de fatores climáticos, mas ressaltou que isso não constitui um entrave para a apli-

cação de recursos financeiros no local. "O Nordeste não é só problema, e sim solução. Precisa de investimentos que estimulem a competitividade e estejam à altura de seu potencial. A região tem 45 milhões de habitantes e um PIB superior a 100 bilhões de dólares", disse ele.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu um pacto de desenvolvimento entre os governos dos estados das diversas regiões e o federal em que sejam escolhidas as prioridades a serem trabalhadas. "O País precisa interiorizar-se e impulsionar o potencial de suas regiões", declarou.

Renda mínima vinculada à educação, defende Arruda

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) disse ontem que, durante audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso, o professor Philippe Van Parijs, fundador da Rede Europeia da Renda Básica, defendeu a concessão do benefício da renda mínima vinculado a um programa educacional. Arruda lembrou que essa é exatamente a proposta que consta de um projeto de lei de sua autoria que tramita no Senado Federal.

Segundo o senador, o professor Van Parijs considera ideal para o projeto de renda mínima sua vinculação a outro vetor que atue no sentido de erradicar a miséria e não apenas ali-

mentar as crianças. Esse parâmetro, no seu entendimento, seria a educação. Ele defendeu, também, que esse tipo de projeto seja desenvolvido em parceria entre o governo federal e os municípios. Na opinião de Van Parijs, além de atuar para descentralizar a execução da proposta, a medida possibilitaria atingir a pobreza onde ela tem seu início, colaborando ainda para evitar a migração interna.

José Roberto Arruda explicou que seu projeto, a ser relatado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), prevê a concessão do benefício da renda mínima por meio da Bolsa-Escola, como já acontece em Brasília. A proposta, segundo disse, beneficia as crianças até



José Roberto Arruda

14 anos, matriculadas em escolas públicas, em municípios com até 50 mil habitantes. Para o senador, "essa proposta é um grande passo para a erradicação da miséria no País".

Da audiência do professor Philippe Van Parijs com o presidente Fernando Henrique Cardoso participaram, além do senador José Roberto Arruda, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e o ministro do Trabalho, Paulo Paiva.

Valadares quer juro menor para casa própria

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou ontem projeto de lei estabelecendo que a taxa de juros cobrada nos financiamentos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) não poderá ultrapassar a remuneração paga pela Caixa Econômica Federal (CEF) aos depositantes da caderneta de poupança.



Valadares

O projeto determina ainda que a correção do saldo devedor ocorrerá no máximo uma vez por ano, e, se o mutuário for assalariado ou funcionário público, o reajuste da prestação mensal e do saldo devedor não poderá em nenhuma hipótese ser maior do que o índice de aumento da remuneração percebida.

Em sua justificativa, o senador destaca que as prestações da casa própria financiada pelo SFH estão sendo compactuadas com a cobrança de uma taxa de juros de até 100% superior à remuneração que é paga pela CEF às contas de poupança. Ele explicou que, enquanto a poupança é remunerada a 6%, o mutuário do SFH é obrigado a pagar à mesma instituição que usa o seu dinheiro para financiar imóveis uma taxa de juros de 12 ou 13%.

Roberto Freire pede votação de seu projeto de incentivos

Senador constata que bancadas do Norte e Nordeste equivocaram-se ao esperar que o governo contemplasse a proposta em medida provisória

O senador Roberto Freire (PPS-PE) requereu ontem a inclusão na ordem do dia de projeto de lei de sua iniciativa que estabelece incentivos fiscais para a implantação de indústrias automobilísticas no Nordeste. O projeto está na Comissão de Assuntos Econômicos, à espera de parecer do relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Freire avaliou que as bancadas do Norte e do Nordeste equivocaram-se na estratégia de, através de projeto de lei de conversão do relator da medida provisória sobre o setor automotivo, deputado José Carlos Aleluia, incluir a concessão de incentivos à instalação de indústrias naquelas regiões. Equivocaram-se também, segundo ele, ao esperar que o governo aco-

lhesse a idéia na reedições da medida provisória.

Segundo o senador, seu projeto tramita desde 1995. Ele disse que nunca viu o PT "com uma política muito clara de desconcentração industrial no Brasil", tanto que, como salientou, o partido apoiou, junto com empresários e trabalhadores das indústrias paulistas que se reuniam na câmara setorial do setor automobilístico, renúncias fiscais para a produção de carros populares. Dada a força dos trabalhadores das indústrias paulistas, "o PT às ve-



Roberto Freire

zes se confunde", frisou.

Em aparte, Eduardo Suplicy informou que, para elaborar seu parecer, solicitou ao ministro Malan uma estimativa da renúncia fiscal que a proposta acarretaria. Ele assegurou também a Freire

que não tem razão alguma para proteger empresários ou trabalhadores paulistas em detrimento de qualquer outra região. Sua preocupação, frisou, é que a política de incentivos tem dado recursos para aqueles que já têm patrimônio.

Quintas Musicais começam hoje na cantina do Prodassen, durante almoço

Como parte das comemorações dos 24 anos do Prodassen, completados dia 12 de outubro, terão início hoje as *Quintas Musicais*, projeto de apresentação de músicos, sempre na hora do almoço, na cantina do órgão. A programação inclui também um concurso de poesia e gincana, a serem realizados a partir de novembro, e até o

final do ano.

Conforme Dulce Machado, uma das coordenadoras das comemorações, essas atividades visam à maior integração dos funcionários do Prodassen "e há a intenção de se publicar um livro contando a história do órgão".

As comemorações coincidem com a criação do *Proalgomais*, um movimento

lúdico que, segundo um de seus coordenadores, Edward Cattete, tem o objetivo de humanizar o corpo de funcionários. "O ambiente na informática é tenso e com muita pressão. Imagine ficar praticamente o dia inteiro em contato com um computador. O *Proalgomais* é uma maneira de a gente desanuviar-se", explicou.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JÚLIO CAMPOS, ERNANDES AMORIM, NEY SUASSUNA, LEVY DIAS, VALMIR CAMPELO E ADEMIR ANDRADE

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emilia Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciê da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação: Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo:** Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa:** José do Carmo Andrade
Editores: Djalma Lima, Edson de Almeida
Diagramação: Sérgio Silva e Osmar Miranda ■ **Fotos:** Célio Azevedo, Mírcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Fernando Varela e Lindolfo Amaral
 ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**
 Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal